

SIMULAÇÃO ELEITORAL: UMA METODOLOGIA ATIVA PARA O ENSINO DO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO NO ENSINO MÉDIO

NASCIMENTO, Camilla Costa
do¹

Educação e Direitos Humanos

RESUMO

Este trabalho apresenta uma proposta metodológica baseada na simulação eleitoral como ferramenta de ensino do sistema político brasileiro no ensino médio, utilizando metodologias ativas. Fundamenta-se teoricamente nas abordagens de Dubet e Martuccelli (1997), Paulo Freire (2015), Bacich e Moran (2018), e Carl Rogers, discutindo a relevância da participação cidadã e da aprendizagem crítica. A pesquisa foi realizada em uma escola pública de Caucaia/CE, envolvendo três etapas principais: aula introdutória sobre o sistema eleitoral brasileiro, oficina de elaboração de planos de governo e debate eleitoral com votação simulada. Como justificativa implícita, parte-se do contexto de resistência ao ensino de política nas escolas, propondo a simulação como estratégia de mediação didática e formação cidadã. Os objetivos foram desenvolver o pensamento crítico, promover a autonomia intelectual e compreender o sistema político nacional. Os resultados indicaram um engajamento progressivo dos estudantes, mesmo diante de resistências iniciais, e evidenciaram a pertinência da proposta para a educação cidadã. A análise apontou desafios como limitações estruturais, tempo escasso e percepções negativas sobre a política, mas também destacou a riqueza das interações e a capacidade de apropriação conceitual dos discentes. Conclui-se que a metodologia adotada proporciona uma experiência significativa, integrando teoria e prática, contribuindo para a formação de sujeitos conscientes e participativos.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia, Metodologias Ativas, Simulação Eleitoral, Participação Cidadã, Aprendizagem Significativa.

¹ Licenciada em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Ceará, e-mail costa.camilla@alu.ufc.br

INTRODUÇÃO

Ensinar sobre política nas escolas é, muitas vezes, um desafio carregado de tensões e resistências, seja por parte dos alunos, pais ou até mesmo professores. Principalmente, após movimentos organizados como o Escola sem Partido, que visa ampliar o discurso conservador dentro das escolas públicas e privadas.

A herança deixada por esse cenário fomentado, principalmente a partir de 2014, construiu no ambiente escolar certas incertezas para com o desenvolvimento do estudo da ciência política.

Nesse sentido, o ambiente escolar, idealmente um espaço de livre debate e formação crítica, tornou-se, nos últimos anos, um palco de intensa disputa ideológica, especialmente no que tange ao ensino de política.

As fontes dessa resistência são múltiplas, partindo de alunos com visões pré-concebidas, de pais receosos de uma suposta "doutrinação", ou mesmo de professores temerosos em cruzar a linha da neutralidade percebida.

Essa atmosfera se adensou drasticamente com a ascensão e mobilização de movimentos organizados como o "Escola sem Partido". Embora se apresentasse sob a bandeira da "neutralidade" e do combate ao "doutrinamento ideológico", a real consequência desse movimento foi, paradoxalmente, a tentativa de ampliar um discurso majoritariamente conservador dentro das escolas públicas e privadas.

O pesquisador Justino de Sousa Junior explicita um pouco a raiz desse movimento:

“A obra em exame nos mostra como a ideia que nasceu em 2004 de uma iniciativa pessoal do advogado Miguel Nagib, aliás, fracassada no início, só ganhou vulto nos anos mais recentes exatamente no bojo da emergência da onda reacionária que se alevantou contra o governo da presidente Dilma Rousseff” (Sousa Junior. p. 951-956).

Ao colocar a lupa sobre a atuação do professor de Humanidades e ao incentivar a vigilância dos conteúdos em sala de aula, o movimento estabeleceu um clima de suspeição generalizada. Para o docente, ficou o sentimento de vulnerabilidade e medo de denúncias ou conflitos com pais e gestores, frequentemente adota uma postura de autocensura.

A cautela excessiva leva à superficialidade, ao formalismo ou, pior, ao silêncio em relação a temas contemporâneos e controversos. A prioridade passa a ser a segurança do emprego e a falsa paz na sala de aula, em detrimento da profundidade da análise.

Para a disciplina de estudo da ciência política, que deveria ser um exercício de desnaturalização do poder e de compreensão dos mecanismos democráticos, corre o risco de

ser reduzido a uma mera descrição burocrática das esferas de governo ou dos artigos constitucionais, perdendo sua essência crítica e formativa. Logo, a temática frequentemente envolve polemização, o que demanda abordagens inovadoras que despertem o engajamento e promovam a compreensão crítica.

"A cidadania no ensino médio é tradicionalmente abordada de duas maneiras bastante diferentes: por um lado, por meio do engajamento dos alunos em movimentos de reivindicação; por outro, e de forma mais clássica, pelo estudo da socialização política e do 'civismo'." (Dubet; Martuccelli, 1997, p. 430, tradução nossa)²

Nesse contexto, o trabalho desenvolvido tem por objetivo a apresentação de uma experiência em sala de aula com o uso de uma metodologia ativas (Bacich & Moran, 2018; Diesel et al., 2017; Lovato et al., 2008; Uzun, 2021) que surgem como um caminho promissor, ao priorizarem a participação ativa dos estudantes e a integração de teoria e prática no processo educacional.

Diante do complexo cenário de tensões e resistências que cerca o ensino de política, torna-se imperativo adotar abordagens pedagógicas que não apenas informem, mas que transformem o estudante em sujeito ativo do processo de aprendizagem.

É com essa premissa que este artigo apresenta uma proposta metodológica audaciosa, cujo eixo central é o reposicionamento do professor: de transmissor de conteúdo para mediador do conhecimento.

Essa metodologia denominada Simulação Eleitoral, ao abordar conceitos políticos e sociais sensíveis, tem como princípio fundamental evitar o dogmatismo e incentivar o diálogo fundamentado.

O objetivo não é prescrever uma visão de mundo, mas fornecer as ferramentas analíticas para que os próprios estudantes construam a sua, baseada em evidências e argumentação racional.

O cerne da proposta reside em uma atividade de simulação eleitoral como o próprio nome já coloca, cuidadosamente estruturada em etapas sequenciais. Essa escolha estratégica visa desmistificar o sistema político, que muitas vezes é percebido pelos jovens como distante ou excessivamente técnico.

Ao simular o processo eleitoral em sua totalidade, da formação de partidos e elaboração de planos de governo, passando pela campanha e debate, até o pleito e apuração, busca-se um duplo impacto:

² No original: La citoyenneté au lycée est traditionnellement abordée de deux manières fort différentes : d'une part, à travers l'engagement des élèves dans des mouvements de revendication ; d'autre part, et de manière plus classique, par l'étude de la socialisation politique et du 'civisme'

Ampliar o entendimento do sistema político dos alunos ao vivenciarem as regras, compreendem a lógica por trás do voto, a função das propostas e a complexidade da gestão pública, tornando a teoria tangível e relevante.

E fomentar o protagonismo estudantil e a reflexão sobre a cidadania. Ao assumir papéis políticos os jovens exercitam a responsabilidade cívica, a negociação, o pensamento estratégico e o respeito às regras do jogo democrático.

Ao longo desta análise, são explorados os desafios, as estratégias de implementação e os resultados práticos desse processo. A experiência concreta foi desenvolvida no contexto particular de uma escola pública de ensino médio profissional, localizada na região metropolitana de Fortaleza, no município de Caucaia, Ceará.

Essa contextualização regional é crucial, pois permite avaliar como práticas pedagógicas dinâmicas e engajadoras podem operar em realidades muitas vezes marcadas por carências e pela urgência de temas sociais.

Em última instância, o trabalho busca evidenciar como esta prática pedagógica dinâmica e centrada no aluno é capaz de transformar o ensino de temas sensíveis em uma experiência enriquecedora e profundamente formadora para os jovens.

A simulação eleitoral, ao criar um laboratório de democracia na sala de aula, prova ser uma ponte eficaz entre o abstrato da teoria política e a prática da cidadania consciente, capacitando a nova geração a participar ativamente da vida pública de forma crítica e informada.

EDUCAÇÃO POLÍTICA: UM DIREITO FUNDAMENTAL TRABALHADO EM ESCOLAS PÚBLICAS.

A educação política é considerada fundamental para a vida em sociedade e para a consolidação da democracia. Nesse contexto, a escola pública é reconhecida como um espaço central e privilegiado para a formação do cidadão.

O arcabouço legal brasileiro estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), orientada por princípios éticos, políticos e estéticos, visa à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Assim, o reconhecimento da educação como um pilar essencial para a vida democrática não é recente. Pensadores como Platão e Aristóteles, na Grécia Clássica, já destacavam a necessidade de formar indivíduos para o exercício pleno da política.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 é um marco, reconhecendo a educação como um direito social. T. H. Marshall (1950) argumenta que, além de ser um direito social, a educação deve ser compreendida como um dever de cada indivíduo para com os demais membros da sociedade, sendo um compromisso com a formação para a cidadania. Essa formação deve garantir que os direitos sejam vistos como conquistas essenciais atreladas aos interesses coletivos e não como milagres ou dádivas

A Educação Política, ou a conscientização política, é considerada essencial para a manutenção da democracia. Para que a democracia se sustente, é crucial garantir condições mínimas de conhecimento político aos eleitores universalmente inscritos. Segundo Dantas, a educação política se apresenta como um conjunto de “sugestões de ação a partir de nossa atuação” (Dantas, 2017, p. 10), o que ressalta a importância da prática e do engajamento direto.

Nesse sentido, o principal objetivo dessa discussão parte de buscar formar sujeitos capazes de compreender e atuar na política. No seu sentido mais amplo, a política é o processo contínuo e necessário de tomada de decisões coletivas sobre os mais variados problemas, afetando diretamente a vida em sociedade.

Logo, a Educação Política deve ser vista como um direito fundamental e um dever social, sendo indispensável para o pleno exercício da cidadania e a vitalidade da democracia. Segundo Enid Rocha “A Constituição Federal de 1988, por sua vez, coroou esse processo atribuindo relevância à participação da sociedade na vida do Estado, ao instituir vários dispositivos nas esferas públicas de âmbito federal e local” (Rocha, 2008. p 131).

Ou seja, a escola pública, amparada pela Constituição Federal de 1988 e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (BNCC), é o lócus institucionalmente designado para assegurar a formação para a cidadania ativa e consciente.

A efetivação da do espaço para as discussões políticas nas escolas requer a integração de conteúdos que discutam direitos (civis, políticos e sociais), a estrutura do Estado e as políticas públicas, através de metodologias participativas, dialógicas e suprapartidárias.

Ao desmistificar a política e engajar os jovens na compreensão de que são agentes políticos do presente, a educação pública pode cumprir seu papel de assegurar a liberdade, a justiça social e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

RESGATANDO O DIÁLOGO: A SIMULAÇÃO ELEITORAL COMO FERRAMENTA DE MEDIAÇÃO CIDADÃ NO ENSINO MÉDIO.

O ensino de política na educação básica, mais do que uma mera transmissão curricular, configura-se como um tema de profunda sensibilidade e, conseqüentemente, de grande desafio.

A política, em sua natureza inerentemente controversa, frequentemente gera uma tríade de obstáculos no ambiente escolar: a desconfiança por parte dos pais e da comunidade em relação a vieses ideológicos; a negligência ou autocensura por parte dos professores, receosos de adentrar em campos minados; e o desinteresse dos alunos, que enxergam a política como algo distante, burocrático ou excessivamente polarizado.

Para tentar romper com essa inércia e transformar a política em um objeto de estudo relevante e engajador, o caminho mais promissor reside na adoção de metodologias ativas. Ao pensar o assunto mediante uma abordagem que busque ativamente a participação dos alunos no espaço político simulado, abre-se a possibilidade para uma maior aceitação e, crucialmente, uma compreensão mais profunda por parte dos estudantes.

A simples mudança da postura passiva (receber informação) para uma postura ativa (produzir e debater conhecimento) é, em si, um poderoso antídoto contra a desconfiança e o desinteresse. Tendo em vista a natureza delicada do tema, é imperativo pontuar a necessidade de redefinição do papel docente. O professor, ao lidar com temas sensíveis como política e cidadania, deve atuar primariamente como mediador do conhecimento.

Esta mediação implica uma postura ética e pedagógica rigorosa: evitar o dogmatismo, ou seja, a imposição de uma única visão como verdade absoluta, em seu lugar, promover o diálogo fundamentado. O foco deve recair sobre o desenvolvimento da capacidade analítica e argumentativa do estudante, capacitando-o a compreender a pluralidade de ideias e a tomar decisões informadas.

Assim, a busca por estratégias pedagógicas que facilitem esse processo de mediação e engajamento é um desafio diário na realidade escolar. O educador moderno, seguindo a visão de Anísio Teixeira, deve atuar na formação integral do indivíduo. Como ele afirma: "A escola primária deverá, assim, organizar-se para dar ao aluno [...] uma educação ambiciosamente integrada e integradora" (Teixeira, 1987, p. 392). Essa integração não se limita às disciplinas; ela deve conectar a teoria escolar com a prática social e política da vida em comunidade.

Estruturar uma metodologia que possua um sólido embasamento teórico e, ao mesmo tempo, seja validada pelos alunos como uma atividade de aprendizado significativo é, sem dúvidas, um dos processos mais interessantes e desafiadores que um professor pode encontrar na sua realidade escolar. O sucesso de uma atividade política em sala de aula depende de sua capacidade de ser autêntica e relevante.

As atividades pedagógicas que integram teoria e prática são fundamentais. A criação de atividades sequenciais é essencial para os alunos poderem, gradativamente, compreender o papel multifacetado do Estado e as complexas nuances do sistema político brasileiro. Para que o professor possa guiar este processo com eficácia e segurança, é vital que ele mantenha uma formação ampla e diversificada.

Isso porque, nas palavras de Teixeira, "é claro que não basta ao educador o conhecimento da estrutura interna da escola, pois ele deve estar igualmente a par da integração desta na estrutura geral da sociedade, em que funciona como fator preponderante de controle social" (Teixeira, 1987, p. 128). O professor deve ser um intelectual que entende a escola como um microcosmo inserido nas grandes estruturas sociais e políticas.

Nesse sentido prático, a atividade de simulação eleitoral surge como um potente laboratório de cidadania. Para maximizar sua eficácia, ela deve ser dividida em etapas lógicas e progressivas, garantindo a absorção gradual de conceitos complexos. Neste caso, a metodologia foi estruturada em três momentos cruciais:

Aula Introdutória, momento dedicado à explanação da base teórica. Aqui, são apresentados os conceitos essenciais do sistema político brasileiro (como a organização dos Três Poderes, os tipos de voto, o papel dos partidos e a diferença entre sistema majoritário e proporcional), fornecendo o arcabouço cognitivo para as etapas práticas.

Oficina de Criação de Planos de Governo, esta etapa exige protagonismo e aplicação prática do conhecimento. Os alunos são divididos em grupos (partidos) e desafiados a desenvolver perspectivas eleitorais concretas, definindo problemas e propondo soluções viáveis para a realidade da escola ou da comunidade. É o momento de traduzir a teoria em propostas.

E por fim Debate Eleitoral, sendo esse o ponto alto da simulação. O debate força os "candidatos" a defenderem seus planos e a confrontarem, de maneira civilizada e fundamentada, as propostas adversárias. É neste exercício que o diálogo é verdadeiramente incentivado, e o professor atua de modo mais intenso como mediador, garantindo o respeito e a adesão às regras democráticas.

Essa progressão metodológica assegura que o engajamento não seja um fim em si mesmo, mas um meio para o aprendizado cívico e político, transformando o ensino de temas sensíveis em uma experiência formadora de cidadãos críticos e atuantes.

METODOLOGIA

O estudo da educação política no ambiente escolar contemporâneo exige abordagens metodológicas que não apenas descrevem fenômenos, mas que se aprofundem na complexidade das interações e percepções que os envolvem. Alinhado a essa necessidade, este trabalho adota uma abordagem qualitativa, seguindo os preceitos fundamentais da pesquisa social.

Conforme argumenta Minayo (2007), a pesquisa social é um campo que demanda uma abordagem teórica e metodológica consistente para conseguir penetrar na essência dos fenômenos estudados, indo além das meras estatísticas ou descrições superficiais.

A autora enfatiza que, para o sucesso do processo investigativo, a criatividade do pesquisador é fundamental (Minayo, 2007). Essa criatividade se manifesta na capacidade de desenhar métodos que capturem a subjetividade, as tensões e os significados atribuídos pelos sujeitos da pesquisa ao tema central.

Nesse sentido, a presente investigação se propõe a explorar justamente a aplicação de uma metodologia ativa inovadora para o ensino de educação política no Ensino Médio. A escolha metodológica reflete a necessidade de transcender a tradicional aula expositiva.

O propósito último dessa estratégia metodológica é tríplice e profundamente formativo: desenvolver o pensamento crítico, capacitando os alunos a analisar informações e discursos; estimular a participação cidadã, transformando o conhecimento em ação responsável; e, por fim, aprofundar a compreensão do sistema político brasileiro de uma forma que seja ao mesmo tempo prática, engajada e relevante para a vida dos jovens.

A perspectiva qualitativa, ao buscar as narrativas e percepções geradas por esta simulação, permitirá avaliar não apenas a assimilação de conteúdo, mas a transformação das atitudes e do senso cívico dos estudantes.

Primeiro Momento: Aula Introdutória sobre o Sistema Político Brasileiro.

Nesse sentido, a atividade de simulação eleitoral foi dividida em três etapas: aula introdutória, oficina de criação de planos de governo e debate eleitoral.

Antes de qualquer atividade, principalmente aquelas que têm debate por parte dos alunos, torna-se fundamental preparar bem o que será posto na tarefa, para que o professor não caia em armadilhas que um debate bem acalorado e baseado em senso comum possa gerar.

Logo, a educação política requer um planejamento cuidadoso, evitando interpretações enviesadas e a perpetuação de estereótipos que comprometem a compreensão integral do

sistema político. Esse será até um ponto discutido à frente quando for trabalhado as intercorrências que a simulação pode gerar.

Para isso, é importante que o professor ministre aulas sobre a temática. Ter um plano sequencial de aulas que trazem a temática de forma múltipla, não isolada, mostra-se muito mais benéfico ao aprendizado que apenas aulas pontuais.

Por isso, trabalhar uma vasta bibliografia, ao longo dos dias letivos, temáticas como poder, política e Estado, formas de governo, políticas públicas e sociais, embasando com autores da sociologia como Max Weber (1921) e José Murilo de Carvalho (2001). Será um alicerce firme para a aplicação da metodologia ativa.

Além disso, é necessário ministrar aulas sobre o sistema e a política brasileira. Essa aula auxiliará os alunos a entender como funciona o sistema político no Brasil. Deixando de lado parte dos estereótipos que cercam a temática.

Os objetivos principais da aula intitulada Entendendo o Sistema Eleitoral Brasileiro correspondia a compreender o funcionamento do sistema eleitoral, analisar os tipos de representação (proporcional e majoritária) e discutir o papel das eleições na democracia e a participação cidadã.

Uma aula com base no diálogo ajuda o professor a entender e mapear quais os possíveis caminhos e dificuldades possam ser apresentadas no desenvolvimento da tarefa proposta. Pensando nisso, perguntas como "Alguém aqui já votou" ou "conhece como funciona o sistema eleitoral no Brasil?" foram usadas como meio de partida para uma aula engajada, iniciando assim, a aula com uma discussão breve sobre a experiência dos alunos com as eleições.

Assim é importante perguntar sobre o que eles sabem a respeito dos cargos eleitos, como presidente, governador, prefeito, deputados, senadores e vereadores. E apresentar o objetivo da aula, destacando a importância de entender como funciona o sistema eleitoral para o exercício da cidadania.

Pois a escola deve se preocupar em preparar os jovens para participarem de uma sociedade democrática, proporcionando uma formação que os leve a compreender criticamente as estruturas políticas e sociais em que estão inseridos. O próprio artigo 2 da constituição estabelece essa responsabilidade:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996, p. 8).

No segundo ponto da aula deve-se explicar sobre os sistemas eleitorais usados no Brasil. Sistema majoritário, usado para eleições para cargos do poder executivo (presidente, governadores, prefeitos) e senadores e o sistema proporcional, utilizado para eleger deputados federais, estaduais e vereadores.

Explicar como o quociente eleitoral é utilizado para definir quais partidos conquistam vagas no parlamento. Esse momento deve ser feito com bastante calma, pois pode gerar muitas dúvidas por parte dos estudantes. Além de trabalhar algumas especificidades como o conceito de maioria simples (prefeitos de cidades pequenas e senadores) e maioria absoluta (eleições em dois turnos para presidente, governadores e prefeitos de grandes cidades).

Por fim, para finalizar a aula é fundamental discutir com os alunos a importância do voto como forma de participação democrática. Trabalhar a significância do direito de votar, o impacto disso no cotidiano dos alunos e no futuro dos mesmos, assim, é preciso colocar que o processo educativo deve buscar a formação do cidadão crítico, capaz de participar ativamente das decisões que influenciam sua vida e o meio em que vive. De modo a introduzir o conceito de voto consciente e a necessidade de se informar sobre candidatos e propostas, para exercer o papel da cidadania.

Segundo Momento: Oficina de Criação de Planos de Governo.

Após as aulas, foi apresentado a atividade com todas as orientações, os estudantes precisaram se dividir em equipes, que iria variar conforme o tamanho da turma. A partir disso, foi atribuída às equipes dois cargos políticos (um legislativo e um executivo).

Um ponto a se discutir é a importância de que pelo menos duas equipes tenham os mesmos cargos, isso irá gerar oposição, o que irá engajar os alunos. Com base nos cargos que as equipes receberam, os alunos deveriam pensar em medidas, políticas públicas, projetos de leis para a elaboração dos seus planos de governo e dos projetos legislativos.

Nesse sentido, foi orientado aos alunos pensarem sobre a sua cidade (Caucaia), sobre o Estado (Ceará) e sobre o país. As políticas elaboradas pelos estudantes deveriam ser direcionadas para as áreas de segurança, de saúde, de educação, de economia e de sustentabilidade.

Assim, algumas perguntas como “o que vocês acreditam que está mais crítico em Caucaia?”, “o que o Estado pode fazer para melhorar a vida das pessoas?” e “o que no seu cotidiano poderia ser contemplado com uma política pública” foram utilizadas para estimular os estudantes a pensarem a realidade social.

Além disso, orientou-se que eles buscassem dados oficiais sobre o IDH, dados sobre saúde, educação e segurança. Para que, assim, eles tivessem embasamento para criar suas

propostas governamentais. Ou seja, será necessário aparelhos de conexão ou laboratório de informática para auxiliar na pesquisa.

Nesse momento de socialização os alunos também puderam colocar a criatividade em prática, criando sua campanha eleitoral, com músicas, “slogans” e os santinhos. É importante deixar bem explícito sobre a utilização de referências eleitorais de partidos e candidatos atuais, para evitar possíveis polarizações intencionais por parte dos alunos, evitando a perda do sentido da atividade.

Assim, com as campanhas e os planos elaborados, os estudantes coletivamente construíram diálogos importantes para a construção pensamento crítico e de análise pois:

“Dizer que a escola é uma instituição de socialização parece, ao mesmo tempo, evidente e vago. [...] De fato, a socialização não se reduz a um processo de conformidade dos atores com seu ambiente, nem à simples aquisição de disposições, pois ela também implica que os atores adquirem uma capacidade de adaptação a um ambiente múltiplo e em constante mudança e, sobretudo, uma capacidade de individualização e autonomia: uma reflexividade” (DUBET; MARTUCELLI, 1997, p. 72, tradução nossa)³

Sendo assim, os estudantes ao final desse momento terão uma atividade de reflexividade, pois trazem à tona seus cotidianos e vivências, buscando desse modo construir uma visão aguçada sobre a sociedade que ele vive. Na prática de ensino o que muda são as dinâmicas das aulas expositivas, trazendo uma perspectiva alinhada ao desenvolvimento da ação do próprio estudante.

Além disso, esse momento de oficina proporcionou aos mesmos saírem com um norte para o desenvolvimento do debate eleitoral, que irá aflorar a percepção e a participação política, além de se tornar um momento divertido por parte dos estudantes que mostram sua criatividade.

Terceiro Momento: Debate Eleitoral

O último passo da atividade é organizar um debate eleitoral, onde as equipes poderão apresentar as propostas elaboradas. Nesse momento, é importante que os estudantes mostrem suas perspectivas sobre a sociedade e tentem por meio da dialética conseguir os votos de outros estudantes.

Para manter mais dinâmico a atividade é importante estruturar todos os passos da apresentação, para isso estipule o tempo com antecedência. O tempo será dividido em oito

³ No original: dire que l'école est une institution de socialisation apparaît à la fois évident et vague. [...] En effet, la socialisation n'est pas réductible à un processus de mise en conformité des acteurs avec leur environnement, elle ne se ramène pas à la seule acquisition de dispositions car elle implique aussi que les acteurs acquièrent une capacité d'adaptation à un environnement multiple et changeant et, surtout, une capacité d'individualisation et d'autonomie : une réflexivité.

minutos para as propostas, uma pergunta do professor e uma pergunta da oposição, após as respostas das equipes a oposição terá direito a uma réplica, que será opcional.

Com relação às perguntas, as equipes teriam um minuto para responder. O professor terá o papel de mediador do debate, ele orientará a apresentação e ficará responsável pelo cumprimento do tempo.

Além disso, o professor deve assumir uma posição de mediador, garantindo que as interações entre os alunos sejam respeitadas e que os objetivos pedagógicos sejam alcançados. O professor deverá ficar atento caso o comportamento dos alunos fuja do padrão de respeito estabelecido e de modo a evitar reproduzir comportamentos baseados em deboches, piadas, humilhações e xingamentos.

É interessante também que o professor estimule os alunos a conseguirem os votos de outros alunos fora da turma. Por exemplo, o segundo ano precisará do voto do primeiro ou a turma A terá que conseguir votos da turma D.

Isso ajudará que a turma não fique muito dividida e os resultados sejam apertados. Nesse sentido é importante que a outra turma envolvida tenha a oportunidade de assistir os debates.

Sobre a votação, a mesma pode ser feita pela plataforma do Google Forms (Google Formulário) com os nomes dos estudantes, os partidos que os próprios criaram, os números e os santinhos.

A plataforma do Google, é interessante para ser usada também após a votação, pois o Forms gera os resultados em gráficos. Esses gráficos, serão usados depois para apresentar os resultados da votação para os estudantes e debater sobre os resultados e uso dos votos em branco e nulos.

Nessa aula, o professor poderá reforçar vários conceitos importantes, como a participação cidadã e o voto consciente. Além disso, mostrar os impactos como os brancos e nulos poderiam mudar o cenário político daquela turma.

ANÁLISE TEÓRICA, DISCUSSÃO E DESAFIOS.

Carl Rogers, com sua abordagem centrada no aluno, defende a autonomia e a responsabilização do estudante pela gestão do próprio aprendizado (Uzun, 2021). Da mesma forma, Paulo Freire, em *Pedagogia da Autonomia* (2015), ressalta a importância da construção da autonomia para o desenvolvimento do pensamento crítico e ético do sujeito. Esse processo

ocorre ao longo da trajetória de ensino-aprendizagem, em constante interação com a sociedade em que o sujeito está inserido.

Toda metodologia ativa, que tem como proposta, a superação do modelo tradicional, encontra no caminho, estranhamento por parte dos estudantes, dificuldades logísticas, organizacionais e relacionadas ao tempo. Partindo desse princípio, algumas questões podem ser colocadas a respeito da execução dessa atividade.

Em primeira instância, a aceitação dos alunos, apesar dos alunos gostarem de atividades diferentes, muitos acabam sendo resistentes às mudanças, pois estão tão adaptados ao ciclo escolar, baseado em provas que a proposta foi colocada de maneira que causou estranhamento por parte de alguns estudantes, da escola estadual Professor Antonio Valmir da Silva.

No entanto, ao longo da atividade foi possível perceber o engajamento da turma, principalmente no momento da elaboração das campanhas, assim, observa-se que o cenário político atual de debate afeta muito a percepção dos alunos em relação à política. Isso faz com que os mesmos acabem reproduzindo muito do que é visto nos debates públicos, que hoje acabou se tornando palco para brigas, xingamentos e até mesmo agressões.

O caso de agressão do jornalista e candidato a prefeito da Cidade de São Paulo José Luiz Datena, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do candidato Pablo Henrique Costa Marçal, filiado ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB).

Foi um assunto muito colocado pelos alunos, pois os mesmos acreditavam que poderiam proferir xingamentos e desmoralizar em suas campanhas os colegas que estavam na oposição.

Um exemplo interessante foi de um estudante que questionou se poderia fazer uma campanha contra a colega, pois segundo o estudante, a aluna dormia em sala de aula e não entregava as atividades, o mesmo colocaria “Eu vou perguntar se a galera vai querer um presidente que dorme em sala de aula e não faz nada”.

Essa fala mostra o aluno colocando em pauta as questões éticas comportamentais da estudante, como uma forma de desmoralizar a candidatura da oponente. Essa situação mostrou-se um reflexo exato do que hoje é as campanhas eleitorais, uma corrida de afirmações morais e éticas dos candidatos para os eleitores.

Assim, compreende-se que "O contexto local não é um dado, mas uma construção coletiva, sempre suscetível de ser redefinida pelas organizações escolares." (Burgos, 2009, p. 64). Logo, é importante que a escola e o professor trabalhem com os alunos essa perspectiva, mostrando novas formas de diálogos dentro do debate político.

Apesar disso, essa atividade proporciona múltiplos cenários com base no perfil da turma, o que pode apresentar resultados mais apertados ou quase unânimes. Podendo aparecer, por exemplo, cenários como os votos em branco se sobreporem ao voto do candidato mais votado. O professor pode analisar o cenário e a perspectiva política dos estudantes com base na régua política (Direita/Esquerda) e se o que eles estão apresentando dialoga com as propostas que os estudantes criaram.

Ou seja, essa metodologia abre muitas possibilidades de discussão com os estudantes e a partir disso o professor pode dialogar com conceitos fundamentais da ciência política (democracia, participação, tipos de governo, entre outros) e trabalhar aspectos fundamentais da formação para o projeto de cidadania.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, o uso da simulação eleitoral como estratégia pedagógica dialoga diretamente com as práticas inovadoras educacionais que são essenciais para envolver os estudantes em um processo de aprendizado transformador.

A simulação realizada explora o conceito de educação crítica, estimulando a análise das estruturas sociais e políticas, enquanto fomenta o protagonismo estudantil. "A educação não pode ser uma simples adaptação ao mundo tal como ele é. [...] Sua presença constrói uma distância em relação à ordem das coisas, permitindo uma capacidade de convicção, crítica e ação autônoma." (DUBET; MARTUCELLI, 1997, p. 93-94, tradução nossa)⁴. A integração dos alunos nessas práticas promove uma abordagem interessante dos conceitos de participação social e cidadania.

Esta pesquisa reforça a eficácia das Metodologias Ativas na promoção da educação política, e desenvolvimento da consciência de direitos, demonstrando que a simulação eleitoral é uma ferramenta potente para o desenvolvimento do pensamento crítico e da cidadania ativa.

Ademais, ao envolver uma atividade que promova maior participação dos alunos, como a simulação eleitoral, o professor pode proporcionar uma experiência educativa, dinâmica, que integra teoria e prática, ampliando a compreensão dos estudantes sobre o

⁴ No original: l'éducation ne pouvant pas être une simple adaptation au monde tel qu'il est. [...] Sa présence construit une distance à l'ordre des choses autorisant une capacité de conviction, de critique et d'action autonome.

funcionamento do sistema político, o papel do voto e a relevância da participação cidadã em uma democracia.

Os resultados apontam para um aumento significativo no engajamento estudantil e na compreensão dos processos democráticos, desafiando o modelo tradicional de ensino. Para a comunidade científica, esses achados abrem caminho para a aplicação empírica em larga escala, sugerindo que a simulação eleitoral pode ser replicada em diversas realidades educacionais, adaptando-se a diferentes níveis de ensino e contextos socioculturais.

Isso permitiria a coleta de dados mais robustos sobre seu impacto em variáveis como participação cívica, letramento político e desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Além disso, os resultados da pesquisa convidam a uma discussão mais aprofundada sobre a necessidade de novas investigações no campo da educação política, explorando a adaptabilidade dessas metodologias a outros temas sociais e a criação de estratégias pedagógicas que integrem ainda mais a tecnologia.

É fundamental também dialogar com as análises referidas ao longo do artigo, aprofundando a compreensão sobre como a teoria pode subsidiar e ser retroalimentada pela prática educacional, enriquecendo o debate sobre o papel da escola na formação de cidadãos conscientes e atuantes.

Logo, dada a riqueza dessa experiência pedagógica e o potencial educador dessa prática, recomenda-se a aplicação dessa metodologia em outros contextos escolares, considerando as especificidades de cada turma e comunidade escolar.

Com isso, a escola tem a possibilidade de cumprir seu papel de formar cidadãos críticos, capazes de compreender e atuar ativamente nas estruturas políticas e sociais, promovendo uma educação para a cidadania em um ambiente inclusivo e reflexivo.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; GANDIN, Luís Armando. **Sociologia da educação brasileira: diversidade e qualidade**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, BIB, São Paulo, n. 91, 2020, pp. 1-38.
- BURGOS, M. B. **Escola e projetos sociais: uma análise do “efeito-favela”**. In: PAIVA, A. R.; BURGOS, M. B. (orgs). A Escola e a Favela. Rio de Janeiro: Pallas, 2009. p. 59-131.
- DANTAS, Humberto. **Educação política: sugestões de ação a partir de nossa atuação**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2017. 133 p.
- DUBET, François. MARTUCELLI, Danilo. **En la escuela**. Ed. Losada S.A. Buenos Aires, 1997.
- LOPES, Francisco Willams R. **(Des)continuidades na política de um currículo nacional: a Sociologia nos arranjos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 52, n.1, mar./jun., 2021, p.245-282.
- HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. 2. Ed.- São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. (Ou a tradução mais recente que você esteja utilizando, como a da Editora Unesp).
- MEUCCI, Simone. **Sociologia na Educação Básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente**. Revista Ciências Sociais Unisinos, v. 51 p. 251-260, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.
- SILVA, Ileizi F. **A Sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina**. E. Cronos, Natal, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez. 2007.
- SOUSA JUNIOR, Justino de. **Escola 'sem' partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 951-956, set./dez. 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00091>. Acesso em: [out. 2025].
- ROCHA, Enid. **A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios**. In: VAZ, Flávio Tonelli; MUSSE, Juliano Sander; SANTOS,

Rodolfo Fonseca dos (coord.). 20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafio da seguridade social. Brasília: Anfip, 2008. p. 131-148.

TEIXEIRA, Anísio. **A educação escolar no Brasil**. In: PEREIRA, L. P. FORACCHI, M.M. Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação. Cia Editora Nacional: São Paulo, 1987.